SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/05/2015 - Telesíntese

Anatel confirma licença de TV paga para a filha de Silvio Santos, em brecha legal

A Anatel publicou hoje, 25, no Diário Oficial da União o ato 3.138, que autoriza a migração das outorgas da TV Alphaville, nas cidades de Barueri e Santana do Parnaíba, em São Paulo, para o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC). Este processo estava parado na agência desde 2011, quando foi publicada a nova lei do SeAC, que trata da TV por assinatura e proíbe a propriedade cruzada entre detentores de emissoras abertas de TV (caso do SBT, do grupo Silvio Santos) e operadoras de TV paga. Mas, a agência já havia aprovado, em abril deste ano, com parecer contrário da procuradoria especializada, a transferência do controle da operadora de TV paga para a filha de Silvio Santos, Patrícia Abravanel.

Patrícia Abravanel, filha do apresentador Silvio Santos, e dono da emissora de TV aberta, SBT, é a nova controladora de outorgas de TV paga, em duas cidades do interior paulista. Hoje, 25, a Anatel publicou no DOU o ato que confirma a licença das operações nas cidades de Barueri e Santana do Parnaíba, em São Paulo, da TV Alphaville, até pouco tempo de propriedade do pai, Silvio Santos.

O processo demorou quase três anos para ser aprovado pela agência, pois ele envolvia uma delicada questão acionária. É que a nova lei da TV por assinatura – a Lei do SeAC, fruto de uma negociação que durou mais de quatro anos no Congresso Nacional – proíbe a propriedade cruzada para donos emissoras de TV abertas e donos de operadoras de TV fechada. Para manter as suas operações de TV a cabo, o grupo Silvio Santos encontrou a saída salomônica: transferiu 49% das ações para a filha. Operação aprovada pelo conselho diretor da Anatel, que entendeu que a nova lei não proíbe que parentes de proprietários de emissora de TV possam ser controladores de operadoras de TV paga. E a operação foi aceita, e hoje, finalmente, formalizada.

A procuradoria especializada da agência entendeu que a transferência de controle societário entre membros da mesma família não deveria ser aprovada, mas o conselho diretor da agência se posicionou contrário ao parecer jurídico, por entender que estaria extrapolando os limites previstos na lei. O processo só tramitou na agência depois que foi encontrada esta brecha legal, pois o grupo não queria abrir mão de suas outorgas.

Conforme estabelece Lei do SeAC- em seu artigo 5º "O controle ou a titularidade de participação superior a 50% (cinquenta por cento) do capital total e votante de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e por produtoras e programadoras com sede no Brasil, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços."

Com base neste artigo, cujo a intenção do legislador é impedir que o mesmo grupo econômico possua outorgas de diferentes emissoras de TV, a Anatel mandou, por exemplo, a TV Globo sair do controle da NET Serviços, embora a emissora tenha ficado com uma participação minoritária e mantido o poder de veto sobre a programação internacional.

A lei veda ainda o "controle ou a titularidade de participação superior a 30% (trinta por cento) do capital total e votante de concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e de produtoras e programadoras com sede no Brasil não poderá ser detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, ficando vedado a estas explorar diretamente aqueles serviços."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/05/2015 - Teletime

Renúncia com a Lei de informática equivale a 75% do orçamento do MCTI, diz TCU

O representante da Secretaria de Fiscalização de TI do Tribunal de Contas da União (TCU), Márcio Braz, disse, nesta segunda-feira, 25, que além de aumentar os recursos para a ciência e inovação, o governo deve avaliar se as políticas públicas existentes estão alcançando os objetivos esperados. Segundo ele, que falou em audiência pública no Senado sobre financiamentos para o setor, a Lei de Informática, por exemplo, resulta em renúncias fiscais acima de R$ 4 bilhões para financiar praticamente a indústria montadora de equipamentos. "Esse valor corresponde a 75% do orçamento para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação de 2015 depois do corte, que ficou em R$ 5,4 bilhões", disse.

Esse diagnóstico é parte da auditoria feita pelo TCU na Lei de Informática, em 2013, mas com base nos dados de 2010 a 2012 do programa. Segundo Braz, o benefício é concedido para empresas que fabricam equipamentos com base em PPBs (Processos Produtivos Básicos) e que precisam investir em torno de 4% do faturamento em pesquisa e desenvolvimento. "Além da ausência de suporte metodológico, falta ao programa mensuração dos objetivos por meio de indicadores, que permitiriam ajustes", afirmou.

Como resultado da falta de controle, o representante do TCU disse que o programa apresenta baixos índices de exportação e o crescimento do déficit nas transações correntes do setor. "O que verificamos é o crescimento de uma indústria essencialmente montadora, ou seja, que cumprem etapas de menor valor agregado", afirmou. O Tribunal recomendou a revisão do modelo, inclusive dos PPBs, para que a indústria passe a investir em projetos e desenvolvimentos de marcas e tecnologias.

Relatórios

Outra representante do Tribunal de Contas da União, Angela Brusamarello, revelou que o País não dispõe de instrumentos adequados para medir o impacto das políticas orçamentárias nesta área. Ela revelou que o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT) só passará a produzir relatórios anuais de balanço sobre suas políticas a partir deste ano. Isto porque foi cobrado pelo TCU no ano passado. Afirmou ainda que as renúncias fiscais adotadas para o setor há 20 anos têm sido muito mais utilizadas pelas empresas beneficiadas como fluxo de caixa do que de fato na promoção de novas políticas de pesquisa e inovação.

Brusamarello mostrou também que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação não possui instrumentos práticos para mensurar o risco de erro das políticas públicas que aplica. "Muitos contratos de gestão formalizados com organizações sociais não produziram qualquer resultado, apesar de receberem financiamento já há diversos anos", disse.

O representante do ministério na audiência, Cristian Lima, informou que o ministro Aldo Rebelo definiu como prioridade a criação de um Grupo de Trabalho visando fortalecer as estruturas de fiscalização e monitoramento. Lima acredita que o aumento dos investimentos na área para 2% do PIB, como quer a pasta, contribuirá para desburocratizar o setor.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/05/2015 - Teletime

No ano, setor de TI concentra fusões e aquisições do país

Segundo a PwC, resultado demonstra que o tamanho do mercado continua a ser visto como oportunidade pelas empresas de fora.

O setor de tecnologia da informação (TI) foi o que mais realizou fusões ou aquisições este ano, segundo a auditoria e consultoria PwC. Foram 53 operações do tipo entre janeiro e abril. O número equivale a 20% destes negócios ocorridos no país, no período. É o terceiro ano seguido de liderança do setor de TI nestas transações. Ao todo, incluindo outras áreas da economia, houve 268 fusões ou aquisições, número 4,85% maior que em 2014.

Se destacaram no período a fusão entre a Bysoft e a New Soft Inteligence; o investimento dos fundos Tiger, Monashees e da Qualcomm na desenvolvedora 99taxis; e o aporte da Naspers na Movile pelo valor de R$125 milhões de reais. Os valores das duas primeiras operações não foram revelados.

Apenas em abril, foram feitas 79 transações. O Sudeste segue como principal região em número destas operações. No caso, concentrou 69,6% delas até o final de abril. Somente o estado de São Paulo foi responsável por 58,2% das fusões ou aquisições. Em segundo lugar veio a região Sul, com 8,9%. Do total, 52% dos negócios envolveram estrangeiros. Segundo a PwC, o resultado demonstra que o tamanho do mercado continua a ser visto como oportunidade pelas empresas de fora.

Abril também marcou uma mudança nas operações, com a compra de participação minoritária ultrapassando a aquisição de controle. Foram 130 compras, 107 aquisições, 8 joint ventures, 13 fusões e 10 incorporações até o fim de abril. A pesquisa aponta, também, para crescimento do investimento feito por investidores financeiros. Esta modalidade representou 46% das transações no ano.

26/05/2015 - Instituto Telecom

Brasil registra 209 milhões de acessos à banda larga em março

O Brasil fechou o mês de março com 209 milhões de acessos à banda larga, um aumento de 43% frente a março de 2014. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), entre abril de 2014 e março deste ano, 63 milhões de novos acessos foram ativados, um ritmo de ativação de duas novas conexões por segundo.

A banda larga móvel liderou a expansão dos acessos à internet, chegando a 184,4 milhões de conexões em março, com 50% de crescimento em relação ao mesmo mês do ano passado. A rede 4G fechou março com 9,3 milhões de acessos.

Na banda larga fixa, os acessos somaram 24,5 milhões em março. Desse total, 2 milhões de conexões foram ativadas no período de um ano, com crescimento de 9%. A expansão também se deu na cobertura das redes de banda larga móvel, ativada em 318 novos municípios, no período de doze meses. As redes 3G estão instaladas em quase 4 mil municípios, enquanto a 4G chega a 153 cidades.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/05/2015 - CUT

Projeto no Senado permitirá terceirizar Caixa e Petrobras

Para Dieese, PLC 30 abre portas para retrocessos como terceirização no serviço público e prestação de serviço por cooperativas

Na próxima sexta-feira (29), a CUT e parceiros dos movimentos sindical e sociais promovem a quinta manifestação nacional em 2015 contra o retrocesso e os ataques aos direitos trabalhistas. Um dos pontos da agenda é a retirada do projeto de lei que permite a terceirização sem limites.

Aprovado na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei (PL) 4330, o texto seguiu para o Senado como PLC 30 (Projeto de Lei na Câmara) sem acatar as propostas de organizações como a CUT.

Sem essas mudanças, o projeto tramita com ao menos cinco armadilhas que atacam a organização sindical e fragilizam a proteção aos direitos trabalhistas, conforme destaca a coordenadora executiva do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Patrícia Pelatieri.

Serviços públicos na lista – Além da ampliação da terceirização para qualquer atividade na empresa, Patrícia aponta que o texto abre a possibilidade de contratação de terceirizados na atividade-fim (a principal da empresa) de estatais e sociedades de economias mistas como Banco do Brasil, Petrobras e Caixa Econômica Federal.

Ela explica que, apesar de uma emenda aprovada durante a votação do PL 4330 retirar do projeto as empresas públicas, o texto final se refere somente à administração direta, às fundações e autarquias.

Profissão: prestador de serviço

O projeto erra ao abrir portas para que as terceirizadas sejam associações ou cooperativa e cria outra categoria econômica, a de prestadores de serviços, afirma Patrícia.

"Embora o projeto de lei, na justificativa que trata de prestadores de serviços especializados refira-se a 'determinados serviços', na redação onde conceituou as empresas terceirizadas fala em prestadores de serviço e isso cria uma nova categoria econômica. Portanto, ao invés de termos bancários, metalúrgicos e professores, podemos ter prestadores de serviço em bancos, metalúrgicas e escolas", explica.

Os três pontos juntos facilitam a transformação dos trabalhadores com carteira assinada em pessoas jurídicas (PJ), sem direitos como 13º salário, férias e FGTS e afetam diretamente a possibilidade de representação sindical.

Para o assessor jurídico da CUT, Eymard Loguércio, o conceito de categoria preponderante, para avaliar qual sindicato pode representar um grupo de trabalhadores, desapareceu e o texto estimula uma fragmentação ainda maior da organização dos trabalhadores.

"A companhia aérea poderá criar outras empresas especializadas em fornecer pessoal de terra, piloto, comissário com piores salários e menos direitos", exemplifica.

Para Patrícia, ainda que um artigo do texto garanta a representação para o sindicato da categoria preponderante – sindicato dos metalúrgicos, no caso de empresas automobilísticas, sindicato dos bancários, no caso de financeiras, e assim por diante – isso nunca acontecerá porque as terceirizadas serão sempre enquadradas como prestadoras de serviços.

"Quando conceitua que é especializada em prestação de serviço, esse artigo fica inócuo, porque na caracterização nunca será da mesma categoria econômica. E isso afeta diretamente os sindicatos mais representativos", diz.

PJ e quarteirizações

A coordenadora do Dieese critica ainda o trecho do projeto que trata da permissão aos trabalhadores se tornarem sócios das empresas contratantes depois de 12 meses do seu desligamento. Período que deixa de existir em caso de aposentadoria.

Esse trecho, casado à possibilidade de serviços realizados por cooperativas, pode gerar uma enxurrada de CNPJs com o mesmo prestador de serviços sem os atuais direitos trabalhistas no prazo de um ano.

"A redação do artigo é feita de tal forma que precisa ler muito e analisar com muita calma para perceber as armadilhas", define Patrícia.

Ela também questiona a possibilidade da subcontração por conta da lógica que norteia a lei. Se a terceirizada precisa ser especializada em determinado serviço, por que precisaria contratar outra para realizar a atividade?

"Ora, se está dizendo que empresas são especializadas, por que precisa acionar outra para fazer o trabalho para o qual foi contratada e no qual deveria ser especializada? Na prática, a possibilidade de fazer várias subcontratações burla outra proibição, a defesa do fim da intermediação da mão de obra pregada pelos favoráveis ao projeto. Com a quarteirização, ela continua existindo."

22/05/2015 - CUT

Senado vai discutir precarização do trabalho no McDonald's

MP quer comissão fiscalizando se a lanchonete está cumprindo as leis trabalhistas

No próximo dia 20 de agosto, no Senado, parlamentares vão discutir a precarização do trabalho nas lojas do McDonald's. A audiência pública foi possível após o encontro de Scott Courtney, da SEIU (Service Employess International Union) com representantes do Superior Tribunal do Trabalho (TST) e com o ministro do Trabalho, Manoel Dias.

Trabalhadores do McDonald's em 15 países devem vir ao Brasil para participar da audiência pública. Durante o encontro, espera-se que a rede de lanchonetes se comprometa com melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas.

Em 2013, um acordo judicial determinou que o McDonald's acabasse com a jornada variável, que permitia à rede oferecer trabalho com horário fixo e com salários menores, no Brasil. O processo foi resultado de uma ação do Ministério Público na Justiça do Trabalho de Pernambuco.

O Ministério Público do Trabalho, inclusive, deve formar uma comissão para investigar se o McDonald's está cumprindo a legislação trabalhista do País. No último dia 15 de abril, centenas de trabalhadores da rede de lanchonetes, no Brasil, fizeram uma manifestação na avenida Paulista.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/05/2015 - Carta Maior

Brasil, um país desconhecido pelos brasileiros

Um Brasil desconhecido de grande parte da população é tratado pela FAO como um caso de relevância internacional no combate à fome.

É um fato concreto que a versão veiculada pela mídia sobre o que acontece no país é totalmente desvirtuada e dirigida, segundo seus interesses empresariais e familiares. Em relação às políticas públicas voltadas para o combate à fome e a produção de alimentos pela agricultura familiar, que engloba trabalhadores e trabalhadoras assentadas, quilombolas, ribeirinhos, indígenas e o povo marginalizado há décadas nos nove estados nordestinos e o norte de Minas Gerais, que formam o semiárido. No final do ano passado a FAO, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, lançou pela primeira vez o relatório sobre Segurança Alimentar e Nutricional inteiramente sobre um país, no caso, o Brasil. O documento começou a circular este ano, e têm versões em português, espanhol e inglês. Internamente a notícia veiculada rapidamente dava conta que o Brasil tinha saído do Mapa da Fome.

A FAO monitora mais de 180 países nos quesitos sobre insegurança alimentar. E o Brasil, desconhecido de grande parte da população, é tratado como um caso de relevância internacional, que passou a ser um exemplo e copiado por muitos outros países por suas políticas adotadas no combate à fome e a produção de alimentos pela agricultura familiar. Como esclareceu o representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic:

Prioridade para segurança alimentar é política

"- A conjuntura do Brasil é caracterizada pela consolidação e institucionalização de políticas bem sucedidas de combate à fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), norteados pelo Direito à Alimentação Adequada, da ONU. O Brasil cumpriu e ultrapassou os Objetivos do Milênio no que diz respeito à redução da pobreza e da fome".

A questão não é técnica e sim política, como define a própria Lei 11.346/2006, que é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, onde está definido o significado de tudo isso:

"- É a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Não é um conceito técnico, é um conceito político, construído com intensa participação social", escreve o dirigente da FAO no Brasil.

Brasil referência internacional

Por que o caso brasileiro se destaca, pergunta Alan Bojanic?

Por vários motivos: combate à fome como prioridade de Estado, sistema de governança da SAN, perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, processo participativo e intersetorial, políticas públicas articuladas e programas bem desenhados, monitoramento da SAN e convergência com a discussão internacional.

As ações funcionam em rede, tanto os programas sociais como o Bolsa Família, que em 2013 alcançou R$25 bilhões e atendeu 13,8 milhões de pessoas, mas todas as outras ações de apoio à agricultura familiar, como o PRONAF e os Programas de Aquisição de Alimentos e da Merenda Escolar, que no total somaram R$78 bilhões em 2013. Segue outro trecho do relatório Segurança Alimentar e Nutricional – Um Retrato Multidimensional, da FAO:

Leia mais em:
http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Brasil-um-pais-desconhecido-pelos-brasileiros/4/33569

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/05/2015 - Vermelho

Nassif: As tolices a respeito do Bolsa Família

Do filósofo Eduardo Giannetti da Fonseca, liberal, ouvi a máxima de que os juros são altos porque o brasileiro entrou na voracidade do consumo e não sabe poupar, preferindo se endividar sem olhar a taxa paga.

De um economista de direita, em um Congresso Internacional de Direitos Humanos em Belém, as críticas acerbas quanto ao fato do pobre gastar dinheiro atrás de quinquilharias da classe média.

De Frei Betto, de esquerda, que o grande erro do governo foi ter proporcionado bens materiais e não espirituais aos pobres.

De O Globo, sempre atento às invasões bolivarianas, ao fantasma de Che, e ao supremo risco dos irmãos Castro invadirem o Brasil, o endosso às teses de Frei Betto.

E aí se vê a geleia geral em que se transformou a política brasileira. No Bolsa Família, Frei Betto critica o caráter "compensatório". O Fome Zero, na versão idealizada por ele, era um "programa emancipador", que primeiro daria formação, montaria uma estrutura em torno de conselhos populares, organização social, para depois premiar o pobre com o direito ao consumo.

Nada além do que organizações como o Movimento dos Sem Terra (MST), ou Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) propõem, ou seja, uma organização à parte do mercado, com fundas raízes ideológicas, ótimas para a organização de grupos sociais excluídos, temerária como política pública.

Releve-se o sofisma de Betto – que o governo deveria dar luz e saneamento em vez de renda familiar, como se ambas as prioridades fossem conflitantes.

O programa Luz para Todos é um sucesso amplo. O saneamento, uma frustração, mas por falta de competência gerencial, não de vontade política.

Nos três casos – o liberal, o esquerdista e o direitista – o mesmo preconceito em relação ao livre arbítrio do cidadão e do mercado como elemento de inclusão social. Nos três casos, uma posição profundamente elitista, um liberalismo de jabuticaba, que investe contra princípios básicos do liberalismo para políticas sociais, que defende o livre arbítrio do beneficiário de políticas compensatórias; um esquerdismo de araque, que só concebe o tal do povo submetido a programas educativos; e um direitismo em estado puro, para quem o povo é a ralé.

Sugiro aos três grupos os relatos da pesquisadora da Unicamp, Walkiria Leão, sobre o poder transformador do consumo – ela própria abrindo mão de seus preconceitos de esquerda contra o consumo.

São relatos extraordinários sobre a importância do "crédito" (de acredito) na vida das pessoas, a maneira como saíram do anonimato e ganharam um perfil público, levando-as a se transformar em outras.

Pobres que tinham até vergonha de frequentar locais públicos, graças ao consumo se sociabilizaram, não apenas venceram a fome e a insegurança financeira, mas ousaram novas profissões, novos voos.

Betto tem uma diferença em relação ao Bolsa Família: sepultou o seu Fome Zero, um conjunto de ideias soltas, sem nenhuma amarração conceitual, sem capacidade de implementar política alguma.

Em uma das críticas ao Bolsa Família, em 2009, taxou-a de "projeto de poder". Projeto de poder mambembe era o Fome Zero, com sua visão missionária de emancipação.

São esses pobres, que se tornaram classe média sem a tutela do Estado, que estão hoje empurrando o país para frente, ao exigir melhoria nos serviços públicos, a volta do crescimento econômico, a recuperação do sonho que aprenderam a sonhar.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/05/2015 - Vermelho

Petistas defendem regulamentação do imposto sobre grandes fortunas

Os parlamentares do PT defendem a retomada da análise de projetos que criam impostos que recairiam sobre lucros e dividendos hoje isentos – em 2014 o montante foi de R$ 300 bilhões – e a tributação sobre grandes fortunas.

As propostas foram apresentadas durante conferência estadual do partido em São Paulo e devem ser apresentadas no 5º Congresso Nacional do partido, que acontece em junho, em Salvador (BA).

Lideranças petistas defedem o aumento da alíquota sobre heranças, que hoje é estadual, em 4%, e a proposta é elevar a taxa para até 15%, o que garantiria, segundo eles, uma arrecadação de mais R$ 20 bilhões anuais ao governo.

Outra saída é reforçar o combate à sonegação fiscal – os desvios somaram R$ 500 bilhões em 2014.

O Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) é um assunto antigo no Congresso Nacional. A proposta começou a ser discutida em 1989 e desde 2000 aguarda votação em plenário.

O deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) acredita que, no Brasil, os tributos atingem mais os pobres que os ricos, se for levado em consideração a renda. "O PT quer uma base tributária mais justa. Quem tem mais, deve pagar mais. Estamos buscando aliados para avançar na medida", explicou.

A proposta para aumentar os impostos dos mais ricos está prevista na Constituição Federal de 1988. No texto, está especificado que "compete à União instituir impostos sobre: VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar".

No entanto, desde a criação da Carta Magna, em 1988, não há regulamentação sobre o tema, apesar de vários projetos terem sido propostos ao longo dos anos.

O Projeto de Lei Complementar (PLP 130/2012) prevê a tributação sobre o patrimônio líquido que exceda o valor de 8 mil vezes o limite mensal de isenção para a pessoa física de renda e proventos de qualquer natureza. As alíquotas iriam de 0,5% a 1%.

De acordo com o deputado Paulo Teixeira, o objetivo é garantir uma justiça tributária para o país ainda este ano.

"O PT deve pedir a votação com urgência. Vamos pressionar para que o "andar de cima" também contribua com o ajuste. E vamos solicitar uma PEC sobre grandes heranças na próxima semana", garante Teixeira.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), também defende a taxação das grandes fortunas.

"Temos de avançar na taxação das grandes fortunas e grandes heranças. É uma questão de justiça social", avalia Guimarães.

Estimativas apontam potencial de arrecadação de aproximadamente R$ 100 bilhões anuais com a taxação da riqueza, com uma alíquota de 1% aplicada sobre valores superiores a R$ 1 milhão.